

## **ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SAPUCAÍ REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2016**

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, na Sala de Sessões da Câmara Municipal da Estância Climática de São Bento do Sapucaí, Estado de São Paulo realizou-se a 1ª Sessão Extraordinária do corrente ano legislativo. Presentes os Vereadores: Paulo Cândido Ribeiro (Presidente), Jizelda Rangel Alves dos Santos (Vice-Presidente), Mateus José da Silva (2º Secretário), Jair Matias de Oliveira, José Donati Nunes, Benedito Donizeti Sant'ana, Miguel Aparecido dos Santos, Nadir Pereira da Cruz e Ronaldo Adriano da Cruz. Às dezoito horas o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro cumprimentou todos os presentes e dando início aos trabalhos, soou a campainha e proferiu: "Pela intercessão de São Bento e sob a proteção de Deus, declaro aberta a 1ª Sessão Extraordinária do ano de 2016." Ressaltou ser importante destacar que tendo em vista que a Vereadora Juceneia Aparecida Pereira Fernandes, Primeira Secretária, estava impedida de participar dos trabalhos, e iria substituí-la o senhor Segundo Secretário, Vereador Mateus José da Silva, nos termos do parágrafo único do artigo 44 do Regimento Interno, estando ainda o Vereador José Donati Nunes assentado à Mesa Diretora como Segundo Secretário *ad hoc* por analogia aos artigos 28 e 30 do Regimento Interno, uma vez que o Segundo Secretário substituirá a Primeira Secretária em virtude do impedimento desta. Pediu ao Segundo Secretário, no desempenho das funções da Primeira Secretária impedida, que fizesse a leitura da denúncia para abertura de Processo de Cassação do Vereador Altino de Paula Salgado, protocolo nº 481 em 04/11/2015, de autoria do Vereador Ricardo Martins de Azevedo, Vereadora Juceneia Aparecida Pereira Fernandes e Vereador Fábio Luiz dos Santos Silva, que compõem a CPI 02/2015. Lembrou ainda a todos que o teor da denúncia estava disponível no site da Câmara Municipal. O Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro registrou a presenças dos ex-vereadores Noroide Faria, Francisco Donizeti Pereira, Eliana Alves Braga, José Moacir Cândido da Rosa, Ismael Raimundo de Lima, também registrou e agradeceu a presença da Polícia Militar do município. Em seguida o Presidente disse que passaria à discussão e votação acerca do Recebimento da Denúncia para abertura de Processo de Cassação do Vereador Altino de Paula Salgado, sob o protocolo nº 481 em 04/11/2015, de autoria do Vereador Ricardo Martins de Azevedo, Vereadora Juceneia Aparecida Pereira Fernandes e Vereador Fábio Luiz dos Santos Silva, que compunham a CPI 02/2015. Na sequência o requerimento foi colocado em discussão, o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro pediu aos presentes a ordem para não criar atritos e que não houvesse manifestação por enquanto, em seguida a palavra foi concedida ao Vereador José Donati Nunes que após cumprimentar todos os presentes disse que para ele enquanto vereador nesta Casa e como membro, autoridade, presidência, Mesa Diretora, com certeza esse não era um dia prazeroso para ele em estar aqui à noite para cumprir a sua função de homem público. Salientou que durante o período em que foi lido o processo tinha que fazer uma ressalva que a qualquer momento aparecia Juceneia, Ricardo, Binho falando e inquirindo sobre o processo e na verdade os fatos, e queria tentar fazer esse registro sem indução de cada voto, de cada cabeça porque pensava e tinha certeza que cada um fez o seu trabalho, recebeu o processo inteiro, portanto tinham conhecimento para tomar a sua atitude de acordo com o que foi feito, de acordo com o seu trabalho,

a sua obrigação de homem público e mulher pública, tinha vereadora nesta Casa. Disse que citava muitas vezes as pessoas que já falou, o Vereador Ricardo Martins de Azevedo, Vereadora Juceneia Aparecida Pereira Fernandes e Vereador Fábio Luiz dos Santos Silva, Vereador Jair Matias de Oliveira as pessoas que participaram do requerimento da CPI, na verdade para aqueles que não tinham conhecimento ele diria que o Ofício nº 100/2015 foi encaminhado a esta Casa no dia 20/03/2015 pelo então promotor de justiça, Dr. Salomão Sussumu Tanaka dos Santos, então dava a impressão que quando lia o processo e dava andamento ao mesmo das acusações que refere ao Vereador Altino de Paula Salgado dava impressão que essas pessoas que estavam denunciando a pessoa do vereador Altino, e não havia motivo nenhum aqui de defesa e queria tentar fazer essa explanação, esse registro que achava necessário, mas sem transparecer e sem fazer com que cada vereador aqui tivesse seu posicionamento de acordo com o seu conhecimento, como falou, todos receberam o processo, tiveram oportunidade de ler, estudar, assim como ele obteve e existia um cd que era de todo o processo, existia um relatório do promotor de justiça que dava seis itens para que a Câmara investigasse e desse o seu parecer, portanto esse era o registro que queria fazer e queria deixar bem claro mais uma vez que não tinha essa intuição de induzir cada um para que pudesse fazer a votação dali a pouco para o recebimento desse processo porque achava que todos eram responsáveis, os vereadores, vereadoras tinham o conhecimento e ele não podia adiantar, fazer um pré-julgamento desse processo, não lhe competia fazer um pré-julgamento, mas já formalizava o seu pensamento e posicionamento dali a pouco, respeitando a cabeça de cada um e principalmente esse cidadão que sempre obteve boa convivência com ele, e que por outro lado também estava aqui cumprindo sua obrigação de homem público, indicando, requerendo, fazendo projeto de leis e na autoria e no texto do artigo 31 da Constituição Federal fazer seu papel de fiscalizador. Ressaltou que nunca foi dono da verdade, procurava ter bastante humildade em cada coisa em que participava, mas ter humildade não queria dizer que não tivesse suas convicções e que não pudesse ter seus posicionamentos, respeitando o limite do outro e os fatos, portanto não queria entrar no mérito do processo, ora lido pausadamente para que todos aqui conhecessem o processo e a forma que foi. Enfatizou que não queria, não podia e não iria dar nenhum testemunho ou falar do andamento do processo. Disse que a questão do julgamento era bastante complicada para julgar as pessoas, principalmente aqueles com quem tinha convivência, mas por outro lado tinha que fazer o seu trabalho que a população acreditava nas urnas, que podia fazer alguma coisa por eles sem precisar trepar nas costas de ninguém e prejudicar alguém, portanto se via aqui nessa noite, e repetia mais uma vez, não prazerosamente para poder espezinhar este ou aquele ou ter o seu espírito de grandeza para prejudicar alguém, estava aqui apenas na sua obrigação de homem público e assim seria dali a pouco quando começasse a votação do referido projeto. Agradeceu ao presidente a oportunidade e todos que vieram para prestigiar essa noite, essa sessão e com certeza daria o seu posicionamento dali a pouco sem transparecer, sem a indução a alguém que pudesse ter o seu julgamento dentro das suas convicções. Agradeceu. O Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro colocou o referido requerimento em discussão, sendo concedida a palavra ao Vereador Jair Matias de Oliveira que após cumprimentar todos os presentes disse que entrou na vida pública por eles, pelo município, para trabalhar unido com os colegas vereadores e era difícil para ele chegar nesse ponto em que estava hoje. Disse que

achava que vereador, vereadora não precisasse chegar a esse ponto de um ter que julgar o outro, isso era muito difícil tanto para quem ia votar e para o próprio cara que estava sendo julgado. Salientou que a função do vereador era ajudar as pessoas, e às vezes ajudava e acabava sendo prejudicado, e fazendo o bem, então acreditava que o colega Vereador Altino de Paula Salgado jamais fez alguma coisa para prejudicar alguém, se ele fez foi com coração aberto para todos, era o que todos faziam por eles. Ressaltou que às vezes não conseguia atender ao pedido deles porque não cabia a ele fazer, mas a vontade do vereador era grande para poder fazer para o povo. Disse que leu o processo todo, como todos os colegas vereadores leram, e via que tinha coisa que ele não errou, tinha coisa que ele não estava errado, mas tinha um lado que ele foi inocente e aplicou, o que prejudicou o coitado, então ocupou a tribuna pedindo a eles que o erro era humano na vida do ser humano, era humano errar, só que errou ficava difícil voltar atrás por causa dos documentos, e via que tinha coisa ali que o Vereador Altino de Paula Salgado estava sossegado, não tinha problema, mas por causa do envolvimento dos filhos ficou meio difícil, então gostaria, porque conhecia todo mundo, São Bento era um ovo, todo mundo o conhecia, então a decisão que ele fosse tomar gostaria que fosse respeitado por eles, porque sabia que ajudar o povo não era fácil, era difícil, então a justiça desse Brasil funcionava assim, sendo um julgado e sendo um para julgar. Desejou a todos uma boa noite e a decisão caberia do coração de cada um deles, e que primeiramente colocava na mão de Deus, que fosse feita a vontade de Jesus, não a dele, e o que Jesus achasse que tivesse de ser feito seria nessa noite nesta Casa. Em seguida o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro colocou o referido requerimento em discussão, sendo concedida a palavra ao Vereador Mateus José da Silva que após cumprimentar todos os presentes disse que para ele, vereador há três anos e pouco era um momento difícil e muito mais para os três aqui, primeiro dia, onde emitiriam sua opinião e ficaria marcado para o resto da vida no município, era um momento muito difícil porque julgar não era fácil, se para um juiz não era fácil julgar, quanto mais para o ser humano comum, não era fácil. Ressaltou que pedia a Deus para que orientasse a cada um e fizesse de acordo com seus sentimentos. Disse que não entraria na questão a respeito da comissão dos seus relatórios finais, mas dali a pouco seriam conhecedores daquilo que estava no coração dos homens. Pediu a todos compreensão e estava com um peso nas costas, ao mesmo tempo que seria julgado por uma equipe, também se emitisse outra opinião seria julgado pela outra equipe, então falava a eles que quando recebeu a notícia, e até já comentou em tribuna livre muitas vezes, mas quando recebeu a notícia que tinha conseguido ser eleito vereador no município estava na casa de seu tio João, onde se reuniu depois da eleição, jamais imaginou passar por isso na vida como vereador. Enfatizou que não era fácil e não estava sendo fácil porque era um momento difícil na vida, depois que marcou essa sessão para a leitura do requerimento de abertura de cassação, se falasse a eles que estava normal não estava porque para quem se colocava verdadeiramente em seu trabalho no município era um processo muito complicado. Salientou que passou recentemente por um processo muito complicado e agora mais um processo também complicado, então como o Vereador Jair Matias de Oliveira falou também desejava boa noite a todos e que Deus iluminasse a todos. Em seguida o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro colocou o referido requerimento em discussão e pediu à Vereadora Jizelda Rangel Alves dos Santos para que ocupasse seu assento para que pudesse fazer uso da palavra. O Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro após

cumprimentar todos os presentes e aos ouvintes da Rádio Câmara disse que desde o ano passado, quando assumiu a presidência desta Casa era um desafio atrás do outro, várias denúncias, promotor público, pessoas, cidadãos comuns, denúncias de vereador e ele tinha que apurar. Disse que ofícios eram todos os dias, promotor, juiz encaminhava a esta Casa toda semana um ofício para pedir informação daquilo e de todos os assuntos da Câmara Municipal. Salientou que há poucos dias falou e era difícil fazer um julgamento, mas tinha que respeitar a opinião de cada um, não era fácil, mas como o Promotor Público lhe disse “vereador, você tem que tomar decisão, se você não toma decisão eu tomo a decisão contra você por omissão” e o vereador foi eleito para ouvir a população, opinião, requerer, indicar, fiscalizar, era o objetivo, não era fácil, mas tinha convicção e acreditava que cada vereador tinha a sua convicção. Ressaltou que nesse processo do Vereador Altino de Paula Salgado, desde quando chegou nesta Casa foi difícil e estava sendo difícil, um vereador que foi achincalhado, vereador que conhecia, trabalhou junto nestes anos desde 2009, vereador que gastou dinheiro do bolso, vereador que tomou prejuízo e era muito grande, aquele sabia o prejuízo que estava levando e não era fácil, principalmente pela família, pelas pessoas que caminhavam juntamente com eles no dia a dia, uma pessoa trabalhadora, humilde que lutou na roça o tempo todo e a administração pública municipal esqueceu-se do vereador, o mais votado da cidade, o Executivo, principalmente não olhou para o vereador, porque era preciso olhar, os pedidos do vereador, não respeitou, não ajudou, o vereador sabia disso e até a população sabia, principalmente Baú, Torto, Monjolinho, Morro Grande, Vila Nova, Paiol Velho, Zé da Rosa, Bairro da Urtiga, Rodeio, sem falar da região do lado de cá. Enfatizou que o vereador lutou e ele acompanhou o dia a dia e não obteve o respaldo que era preciso, só ele sabia o empenho daquele, acompanhou, foi líder do governo, participou da Mesa Diretora como Primeiro Secretário do lado do vereador que foi presidente desta Casa. Ressaltou que viu a luta, muitas vezes os projetos chegavam nesta Casa e os dois tinham que pedir para refazer o projeto, aquele de um lado e ele do outro para tentar resolver o problema e conseguiram. Salientou que também no passado, juntamente com o Vereador Ricardo Martins de Azevedo que foi presidente desta Casa também fez o meio de campo e muitas das vezes conseguiu êxito, mas muitas das vezes não obteve os valores como deveria ter tido o valor. Disse que a Câmara era uma instituição e tinha que ser respeitada pelo povo, principalmente pelo prefeito. Frisou que aqui era uma instituição diferenciada, o Judiciário, Executivo e Legislativo e tinha que saber do diferencial, processos aqui tiveram vários e tinha que dar a continuidade. Disse que não induziu nenhum vereador para que votasse sim ou não, a favor ou contra, sempre tendo diálogo, muitas das vezes o Vereador Altino de Paula Salgado passava a sessão inteira de cabeça baixa, no sofrimento, então ficava a cada vereador o seu desejo de votar. Enfatizou que pedia a Deus todos os dias, agradecia pelo dia que acordava, agradecia a Deus todo o momento de sua vida, Deus era perfeição e foi morto e crucificado, então se teve o erro podia ser sanado, e iria começar a votação e esperava que aqueles respeitassem a votação e ficaria a decisão de cada vereador. Agradeceu a todos. Na sequência o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro colocou o referido requerimento em discussão e como mais nenhum vereador se manifestou o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro disse que o recebimento da denúncia para abertura de Processo de Cassação do Vereador Altino de Paula Salgado, sob o protocolo nº 481 em 04/11/2015, de autoria da CPI 02/2015 estava em votação,

procederia o processo de votação nominal em conformidade com os artigos 289 e seguintes do Regimento Interno, assim convidou os vereadores a responderem “sim” se favoráveis ao recebimento da denúncia e “não” se contrário. Pediu ao Segundo Secretário, desempenhando as funções da Primeira Secretária impedida, que procedesse a chamada dos vereadores tomando nota de suas respectivas respostas. Votação nominal procedida pelo Vereador Mateus José da Silva, que apregoou os Vereadores em ordem alfabética. Ao final o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro apurou o não recebimento da denúncia por dois (2) votos “sim” votos favoráveis do Vereador Jair Matias de Oliveira e Vereador José Donati Nunes e sete (7) votos “não”. Na sequência o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro disse que considerando que o plenário não recebeu a denúncia para abertura de processo de cassação do Vereador Altino de Paula Salgado, sob protocolo nº 481 em 04/11/2015, de autoria CPI 02/2015, determinou o arquivamento da mesma. Não havendo mais nada a tratar o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro encerrou a sessão proferindo: “Com as bênçãos de Deus, declaro encerrada a 1ª Sessão Extraordinária da legislatura de 2016.”. Determinou à secretária para lavrar a presente ata, a qual, após lida e aprovada pelo Plenário, vai assinada pela Mesa Diretora.